



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Minas e Energia

REQUERIMENTO N.º DE 2015
(Do Sr. João Fernando Coutinho – PSB – PE)

Solicita a realização de Audiência Pública na Comissão de Minas e Energia com o objetivo de discutir venda de energia renovável de geração distribuída no Mercado Livre.

Senhores Deputados,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito que seja submetida aos membros desta Comissão de Minas e Energia a realização de audiência pública para discutir venda de energia renovável proveniente de geração distribuída no Mercado Livre, com a participação dos seguintes convidados:

- Sr. Eduardo Braga - Ministro de Minas e Energia – MME;
- Dr. Rui Altieri – Presidente do Conselho de Administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE;
- Dr. Reginaldo Almeida de Medeiros – Presidente Executivo da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel);
- Dr. Rodrigo Lopes Sauer – Diretor Executivo da ABSOLAR (Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica);
- Dr. Romeu Donizete Rufino – Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica



JUSTIFICAÇÃO

As fontes renováveis de energia, excluindo-se as Usinas Hidrelétricas, representam cerca de 8% da matriz elétrica nacional, destes 8%, mais da metade (54%) é comercializada no Mercado livre de energia. Neste mercado, onde os compradores e vendedores podem escolher qual fonte de energia comercializar, em média, 22% da energia é proveniente de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), usinas eólicas e o mercado livre tem sido um grande fomentador de projetos de geração à biomassa e pequenas centrais hidrelétricas, sendo responsável por, aproximadamente, 70% de toda a energia comercializada por estes geradores. As usinas eólicas comercializam no mercado livre, 20% de toda a energia gerada.

O consumidores especiais do mercado livre, consumidores com demanda entre 500 e 3.000 kW, devem comprar a maior parte de sua energia de empreendimentos renováveis, como usinas eólicas e PCHs. Hoje são mais de 1.100 destes consumidores, comprando energia renovável e contribuindo com a descarbonização da matriz elétrica brasileira. Com a diminuição do requisito de demanda, não há dúvidas na elevação do consumo destas fontes.

Entretanto, não há autorização regulatória para venda de excedente de energias renováveis provenientes de micro e mini geração distribuída no mercado livre. A Aneel permite apenas o escambo da energia entre consumidores e as distribuidoras, no que ficou convencionado chamar netmetering (sistema de compensação de energia), autorizado por meio da Resolução nº 482 de 2012, ora em revisão pela agência reguladora. Não há razão alguma para o pequeno e médio consumidor de energia que deseja instalar painéis solares ou pequenos geradores eólicos nos seus telhados ou propriedades por sua conta e risco seja autorizado a vender o seu excedente para os consumidores livres e especiais, por meio do mercado livre de energia.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Minas e Energia

Ainda existem outras barreiras para que os consumidores possam se tornar livres e comprar energias renováveis, como, por exemplo, a necessidade de sistema de medição diferente dos medidores convencionais, utilizados pelos consumidores. Para que o Brasil aumente a participação das fontes limpas na matriz elétrica, é preciso discutir a comercialização de excedentes de micro e mini geração distribuída proveniente fontes renováveis no mercado livre de energia.

Sala das Sessões, de outubro de 2015.

JOÃO FERNANDO COUTINHO
DEPUTADO FEDERAL
PSB - PE